

Governo atual deixará a fase 3 apenas negociada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O atual governo deve concluir a fase 3 de renegociação da dívida até o final deste ano, mas a equipe do futuro presidente pode retomar o diálogo com os credores antes da assinatura dos contratos ou do desembolso efetivo dos recursos, em março de 1985, explicou ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano. Apesar de afirmar que os credores "não estão preocupados com a transição política", o diretor do Banco Central admitiu que a Fase 3 envolverá apenas a rolagem da dívida a vencer em 1985, com a desistência da idéia de "renegociação plurianual".

Madeira Serrano revelou também que o co-financiamento do Banco Mundial a projetos de desenvolvimento não significa ingresso de recursos novos e sim alternativa para os bancos privados efetuarem a contratação final de parcela de recursos do jumbo de US\$ 6,5 bilhões e da rolagem automática de US\$ 4,48 bilhões da Fase 2 de renegociação. Por isso, o diretor do Banco Central disse que o co-financiamento do Banco Mundial não contribui para o ajuste das contas externas do próximo ano. Daí, o desinteresse brasileiro pelo crédito vinculado ao Banco Mundial.

Na área externa, os indicadores são favoráveis. Ao final do primeiro semestre, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos não passou de US\$ 200 milhões e o Brasil tinha em caixa US\$ 4,2 bilhões. Madeira Serrano informou que até o peso dos juros da dívida ficou perto do projeto: de julho de 1983 a junho último, o Brasil pagou o juro médio de 10,70%, contra a projeção de 10,5%. Mais importante ainda foi a configuração do superávit comercial de US\$ 12 bilhões para este ano — exportações de US\$ 26 bilhões e importações de US\$ 14 bilhões.

A única meta do setor externo que não será cumprida, conforme admitiu o diretor do Banco Central, é a do ingresso de US\$ 700 milhões de investimentos estrangeiros em moeda. Nos seis primeiros meses do ano, o estoque de capital de risco aumentou em US\$ 626 milhões, mas a entrada de recursos novos não passou de US\$ 168 milhões. A venda de créditos brasileiros no exterior, com deságio de até 30%, contribuiu para que a conversão registrada de empréstimos em aplicações de risco atingisse, no semestre, US\$ 440 milhões. Os restantes US\$ 18 milhões representaram investimentos em máquinas e equipamentos ou importações sem cobertura cambial.

Madeira Serrano reconheceu as poucas chances de o Brasil voltar a colocar bônus no mercado internacional, em 1985. Mas o País pode aumentar a parcela de sua dívida em outras moedas que não o dólar norte-americano. O diretor do Banco Central informou que os suíços e os alemães mantêm o interesse em participar da futura renegociação com em-



Arquivo

Serrano nega preocupação

préstimos em moedas locais: "Mas o Brasil precisa avaliar se essas vantagens aparentes de juros de 7% ao ano nas operações com franco suíço, por exemplo, persistirão ao longo do empréstimo com prazos de pagamento de dez anos, com seis de carência".

POUCO AJUDARIA

O diretor da Área Externa do Banco Central disse também que a queima de reservas cambiais pouco ajudaria a combater a inflação e, ao lembrar o crescimento da produção industrial de 5% no primeiro semestre, destacou que a economia brasileira "está emergindo muito antes mesmo do que a gente podia imaginar". Observou ainda que "o ajuste estrutural do balanço de pagamentos é o objetivo fundamental do programa que o Brasil acertou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o resto é corolário", em resposta aos defensores do uso das reservas para baixar a inflação e acelerar a recuperação econômica. "Existe a opção política de formar o máximo de reservas", acentuou Madeira Serrano.

"Claro que preocupa o FMI, o governo brasileiro e os bancos a inflação no nível atual. Mas o governo não pode fazer barganha e queimar reservas para baixar um pouquinho a inflação. O resultado seria residual, porque é residual o efeito do crescimento das reservas sobre a inflação — a expansão da base monetária talvez seja o componente menos significativo do processo inflacionário. Em compensação, queima de reservas é significativa em si mesma", destacou o diretor do Banco Central. Acrescentou ainda: "Queimar essa reserva para ganhar 10 ou 20% na inflação anual, não tem sentido, evidente que convive com inflação de 200% ou 170% ou 180%. Agora, sem reserva de US\$ 4,5 bilhões hoje e de US\$ 6 bilhões no fim do ano, não vou conviver".